

A dança nas escolas do Rio de Janeiro: do século XIX (décadas de 1820-1860)

Victor Andrade de Melo

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir a oferta da dança nas escolas do Rio de Janeiro entre os anos 1820, quando se percebem as primeiras iniciativas mais bem delineadas de ensino da modalidade, e a década de 1860, quando cresceram as ações ligadas a outra prática corporal – a ginástica. Que intencionalidades havia ao redor do oferecimento da dança? Como eram operacionalizadas as lições (horários, infraestrutura, conteúdos)? Qual era o perfil dos mestres responsáveis pelas aulas? Mais do que lançar um olhar sobre essas iniciativas pioneiras de educação do corpo, esperamos discutir a articulação de certos temas sociais com o contexto escolar. Com tal abordagem, podemos também investigar uma determinada faceta da sociedade fluminense do século XIX.

Palavras-chave: dança, Educação Física, educação do corpo.

* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação e em História Comparada/Instituto de História. Coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas de Educação do Corpo (Labec). Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

La danza en las escuelas de Rio de Janeiro del siglo XIX (décadas de 1820-1860)

Victor Andrade de Melo

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de discutir la oferta de la danza en las escuelas de Rio de Janeiro entre los años 1820, cuando se perciben las primeras iniciativas mejor estructuradas de enseñanza de la modalidad; y la década de 1860, cuando crecieron las acciones vinculadas a otra práctica corporal – la gimnasia. ¿Qué intenciones había alrededor de la oferta de la danza? ¿Cómo ocurrían las lecciones (horarios, infraestructura, contenidos)? ¿Cuál era el perfil de los profesores responsables por las clases? Más que lanzar una mirada para estas iniciativas pioneras de educación del cuerpo, esperamos discutir la articulación de ciertos temas sociales con el contexto escolar. Así, este enfoque también nos permite investigar una faceta particular de la sociedad de Rio de Janeiro del siglo XIX.

Palabras clave: danza, Educación Física, educación del cuerpo.

Dance in the schools in 19th century Rio de Janeiro (1820-1860)

Victor Andrade de Melo

Abstract: The subject-matter ‘Dance’ is discussed with regard to schools in Rio de Janeiro in the 1820s when the first well-defined initiatives on the teaching of dancing could be traced, and in the 1860s when gymnastics was incorporated with activities related to other body practices. What were the pedagogical purposes for the introduction of dancing in the school? How were dancing lessons organized (timetables, infrastructure, contents)? Who were the teachers responsible for the classes? Rather than taking a brief look at these pioneering initiatives on body education, the articulation of several social issues with the school context is discussed. The approach will also provide an investigation on the society in 19th century Rio de Janeiro.

Keywords: dance, Physical Education, body education

Introdução

Ainda que não se trate de um tema suficientemente investigado, a introdução de práticas corporais nas escolas fluminenses do século XIX já recebeu a atenção de alguns pesquisadores¹. A despeito das diferenças de abordagem, há um elemento em comum nesses estudos: o destaque para a ginástica, conteúdo muito utilizado ou proposto para as aulas².

Poucos autores dedicaram mais atenção a outra prática corporal que também esteve presente nas propostas de alguns estabelecimentos educacionais do Rio de Janeiro no período em tela: a dança. De maneira introdutória, Melo (2014) informa que, na Corte, desde a década de 1820, tornou-se usual oferecê-la no âmbito de iniciativas escolares. Mais ainda, sugere que muitos foram os mestres que anunciavam seus serviços pelos jornais. Essa oferta de ensino seria mais uma faceta da atenção que a prática recebia na sociedade fluminense do século XIX, o que merece, até mesmo por isso, ser melhor investigado.

Considerando tal olhar, temos como objetivo deste estudo discutir a oferta da dança nas escolas³ do Rio de Janeiro entre os anos 1820, quando se percebem as primeiras iniciativas mais bem delineadas de ensino da modalidade, e a década de 1860, quando cresceram as ações ligadas a outra prática corporal – a ginástica. Basicamente, pretendemos responder às seguintes perguntas: que intencionalidades havia ao redor do oferecimento da dança? Como eram operacionalizadas as lições (horários, infraestrutura, conteúdos)? Qual era o perfil dos mestres responsáveis pelas aulas?

Para alcançar o objetivo, as fontes prioritariamente utilizadas foram periódicos publicados no Rio de Janeiro no referido momento⁴. Motivou-nos tal uso o fato de que grande parte da documentação dos

¹ Entre outros, Cunha Júnior (2008), Souza (2011) e Melo e Peres (2014a).

² De fato, em certos momentos, o que hoje chamamos de educação física era denominado usualmente de *gymnastica*, enquanto o termo *educação physica* designava algo mais amplo, ligado também à puericultura, higiene, cuidados gerais com o corpo (Melo & Peres, 2014a).

³ Neste artigo, utilizaremos os termos ‘escola’ e ‘estabelecimentos educacionais’ para designar instituições de ensino em geral; ‘colégio’ e ‘liceu’ somente são usados quando fazem parte da denominação dos estabelecimentos/escolas citados. De toda forma, vale observar que a maior parte das iniciativas comentadas refere-se ao ensino secundário.

⁴ No caso específico da investigação do Colégio Pedro II, foram usados documentos governamentais.

estabelecimentos investigados não está disponível ou é de difícil localização, bem como a constatação de que os responsáveis pelas iniciativas divulgavam suas propostas em jornais e revistas. Além disso, eventualmente, algum cronista comentou a prática nos estabelecimentos educacionais. Isso favorece prospectar o entorno da oferta da dança.

Vale frisar que, de nossa perspectiva, o material selecionado não deve ser considerado como expressão da verdade, mas sim de certas intenções e representações que devem ser tratadas em sua materialidade⁵.

Mais do que lançar um olhar sobre essas iniciativas pioneiras de educação do corpo⁶, esperamos discutir a articulação de certos temas sociais com o contexto escolar. Dessa forma, esta abordagem permite-nos também investigar determinada faceta da sociedade fluminense do século XIX.

O ensino da dança nas escolas fluminenses: décadas de 1820-1830

O Brasil sequer existia como ente independente quando Madame Mallek, “[...] diretora do Colégio de Educação de Meninas” (Diário do Rio de Janeiro, 1822a, p. 41), apresentou seu estabelecimento para pensionistas, situado na rua do Sabão. Como conteúdos principais, ofertava ‘Francês, História, Geografia, Escrita’ e, como atividades extras, ‘todos os trabalhos de agulha, o Desenho, a Música, e Dança’.

Não foi esta a primeira vez que, na cidade, se ofereceu a dança em iniciativas educacionais. Já em 1813, Catarina Jacob, ao anunciar a inauguração de um colégio para meninas na rua da Lapa, informara que os pais, se desejassem, poderiam inscrever suas filhas em aulas da prática (Gazeta do Rio De Janeiro, 1813, p. 4). Nessa segunda década do século XIX, pelo menos mais dois estabelecimentos haviam divulgado o mesmo na Gazeta do Rio de Janeiro.

⁵ Para trato dos periódicos, buscou-se inspiração nas sugestões de Luca (2005). O material foi consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶ Neste artigo, estamos trabalhando com a ideia de que, em cenários escolares e não-escolares, entabulam-se estratégias diversas para que os corpos dos indivíduos se ajustem a determinados interesses e necessidades sociais. Como sugere Soares, ao seu redor é possível compreender “técnicas, pedagogias e instrumentos desenvolvidos para submetê-los a normas” (Soares, 2001, p. 111).

Naqueles momentos em que a estruturação escolar dava seus primeiros passos, em que grande parte das famílias, notadamente no que tange à instrução feminina, preferia ainda contratar professores particulares ou preceptores⁷, a oferta da dança já apresentava algumas regularidades que seriam comuns em sua trajetória. Uma delas era não ser considerada como parte dos conteúdos principais, mas sim como um curso extra, pago à parte, integrando um conjunto de assuntos tidos como manuais.

Isso não significava necessariamente desvalorização da prática. Sua presença nessas pioneiras iniciativas já é um importante indicador de que a dança lograva algum reconhecimento. Vale ter em conta que, em várias ocasiões, escolas declararam dedicar atenção aos conteúdos manuais.

Esse foi o caso da iniciativa de Graciana Ledroneta Bemvinda. Em seu anúncio, publicado no Diário do Rio de Janeiro no início de 1822, nota-se claramente que os conteúdos manuais, entre os quais a dança, eram relacionados a determinadas habilidades perspectivadas para as mulheres, seja no âmbito estritamente privado, em tarefas domésticas, como costurar e bordar, seja na esfera pública, como dançar, cantar, tocar algum instrumento musical (Diário do Rio de Janeiro, 1822b).

É certo que as vivências sociais femininas ainda eram restritas, mas, paulatinamente, na sociedade fluminense, ocupavam mais intensamente o espaço público, inclusive em função da estruturação de atividades consideradas mais refinadas e adequadas aos novos tempos. Lembremos que, em 1813, foi criado o Real Teatro São João (Marzano, 2010) e, em 1815, a Assembleia Portuguesa, primeira agremiação de recreio autorizada a funcionar por Licença Real com o objetivo de reunir pessoas influentes em torno de certos divertimentos, dentre os quais, os bailes (Silva, 1978).

A cidade mudara muito e rapidamente desde a chegada da família real portuguesa, em 1808. Tornou-se mais dinâmica e sintonizada com o cenário europeu (inclusive pela maior presença de estrangeiros de nacionalidades diversas), mais ‘civilizada’, segundo os parâmetros dos que desejavam que o Rio de Janeiro bem expressasse a condição de sede do Império Português, assim como, posteriormente, de capital do Brasil independente. Foram flagrantes as transformações nos gostos e comportamentos (Silva, 2011a).

7

Para um panorama sobre a transição do ensino doméstico para o escolar no Rio de Janeiro do século XIX, ver Vasconcelos (2004).

Esse novo cenário também repercutiu na educação como um todo, inclusive na feminina⁸. Vale considerar que “[...] às mulheres deve-se uma parte importante do processo de modernização, europeização e afrancesamento do Rio de Janeiro” (Silva, 2011b). Tratava-se de cuidar para que se conjugassem as novidades sociais com os tradicionais papéis a elas designados.

A discussão sobre o perfil ideal da educação feminina integrou os vigorosos debates sobre os parâmetros educacionais a ser adotados no Brasil, os quais eram usuais no período pós-independência. Mesmo tendo herdado alguma estrutura burocrática do tempo colonial, o país precisava consolidar novas instituições, bem como forjar na população um sentimento de nacionalidade. Lembremos que isso se deu em um momento muito turbulento do ponto de vista político e econômico (Silva, 2011b).

Um exemplo das divergências sobre a educação feminina ocorreu em uma sessão do Senado, realizada em 1827. Foi intensa a discussão entre os que propunham uma formação ampliada (como o Marquês de Santo Amaro) e os que a sugeriam mais reduzida, restrita às questões domésticas (como o Marquês de Maricá). De toda forma, mesmo este senador cria ser possível que as mulheres adquirissem “[...] as prendas de dançar, tocar, cantar” (Diário da Câmara dos Senados do Império, 1827, p. 531). O Marquês de Caravelas, contudo, ponderou que esses conteúdos não deveriam ser obrigatórios, já que eram eminentemente de responsabilidade e de escolha das famílias.

O ensino da dança não recebeu grande atenção no debate sobre a legislação educacional, mas chamou a atenção de algumas escolas, que não estavam alheias aos temas do momento e se apresentavam como apropriadas para subsidiar as famílias no cumprimento de suas funções. Seus anúncios enfatizavam os cuidados com o pudor e o intuito de preparar as mulheres para o que delas esperava a boa sociedade do momento, como bem expressou a divulgação de um colégio localizado na rua do Gamboa: “A diretora, tendo tido grande prática de educação, pode assegurar que fará todos os esforços para que as suas alunas cheguem a fazer a felicidade dos seus esposos na administração do império doméstico e na educação dos filhos que derem à Pátria” (Diário do Rio de Janeiro, 1827a, p. 35).

8

A educação de mulheres no Rio de Janeiro do século XIX é um tema que já chamou a atenção de vários pesquisadores. Dentre tantos, citamos os estudos de Cunha e Silva (2010) e Gusmão (2012).

O perfil semelhante de várias iniciativas reforça nossas compreensões acerca da presença da dança nas escolas femininas daquele momento. Por vezes, um ou outro aspecto era enfatizado, provavelmente relacionado a alguma habilidade específica de algum dos protagonistas, como é o caso da “Snra. Estrangeira Viúva, com suas filhas maiores” (Diário do Rio de Janeiro, 1824, p. 55), que num ‘colégio na rua dos Latoeiros’ oferecia ‘música, cantoria, dança e forte piano’.

De toda forma, a prática era sempre exaltada por sua utilidade no desempenho de certas funções sociais concebidas como relevantes para as mulheres. Mesmo que não integrasse o grupo dos conteúdos centrais, lograva certa valorização, até mesmo pelo interesse de um setor das elites mais sintonizado com as mudanças. Tratava-se sim de formar a boa mãe e esposa, mas também a que demonstrasse algum traquejo social.

A propósito, alguns estabelecimentos ofereceram mesmo para não-alunas a alternativa de frequentar aulas dessas habilidades sociais. “Qualquer senhora ou menina que quiser aprender a dançar ou aperfeiçoar-se pode comparecer nas segundas, quartas e sextas, não sendo dia santo” (Diário do Rio De Janeiro, 1840, p. 4), anunciou uma escola de São Cristóvão.

Em um anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro (1827b) por uma escola que se localizava na rua dos Latoeiros, pode-se perceber o investimento necessário para as lições. Enquanto as pensionistas tinham que pagar 9\$600 réis (pela hospedagem e aulas) e as externas 1\$600 (o que sugere que 8\$000 era o gasto do internato), os cursos extras de música/piano e dança custavam 4\$000, bem acima do francês (2\$000), pouco abaixo do desenho (4\$800), equivalente a meio mês de internato.

Publicado no Diário do Rio de Janeiro (1829), o anúncio de outro estabelecimento, localizado à rua do Espírito Santo, permite-nos ponderar e melhor compreender os dados acima. O custo de 4\$000 não era mensal referia-se a 12 lições, provavelmente um ‘curso básico’, isto é, noções para que a menina pudesse bem desempenhar suas funções no salão, com limites claramente definidos e sob o olhar rígido dos familiares. Mesmo com essa ressalva, os valores são um indício de que se tratava de uma opção mais acessível aos economicamente privilegiados⁹.

⁹ Para se comparar os valores, uma arroba de café de 1ª qualidade custava 3\$000, enquanto a de açúcar custava 2\$000. A assinatura anual do Diário Mercantil custava 4\$800 (Diário Mercantil, 1827).

A despeito disso, vale observar que alguns estabelecimentos ofereciam ‘bolsas’. “Recebe por cada 10 meninas que tiver, uma de graça, apresentando um atestado do inspetor, comprovando que é pobre” (Diário do Rio de Janeiro, 1840, p. 4), anunciou uma escola localizada no bairro de São Cristóvão. Iniciativas que se dedicavam exclusivamente a esse público, como é o caso do Colégio da Sociedade Amante da Instrução, também incluíam a dança entre os conteúdos lecionados¹⁰.

Até aqui, citamos iniciativas de oferta de dança para mulheres. A prática, contudo, também foi oferecida em alguns estabelecimentos de meninos. Por exemplo, em 1827, foi anunciada como conteúdo da escola dirigida por Augusto Candido da Silveira Pinto, advogado e reconhecido professor de francês (Diário do Rio de Janeiro, 1827c), e do Colégio Inglês (Diário do Rio de Janeiro, 1827d).

Um estabelecimento localizado na rua Nova do Conde (provavelmente o Colégio de Instrução Elemental) chegou a publicar uma lista dos alunos que mais se destacaram na modalidade no ano de 1839 (Diário do Rio de Janeiro, 1839, p. 4). Dentre eles, encontravam-se membros de importantes famílias do Império, como Francisco Maria Velho da Veiga (no futuro, importante advogado e diplomata), Fernando da Nobrega Lins (que se destacaria na carreira militar), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (notável senador) e o ilustre literato José de Alencar.

É interessante observar que a dança fazia parte dos conteúdos ofertados até mesmo por instituições como o Colégio Francês, dirigido por J. B. Clement, que se propunha a ser preparatório para o ingresso no ensino superior brasileiro¹¹, por isso oferecendo “[...] todos os ramos científicos” (Diário do Rio de Janeiro, 1838a, p. 4).

Se eram distintas as intencionalidades da formação escolar para mulheres e homens – para elas, mais voltada para o mundo doméstico, para eles mais relacionada ao âmbito do trabalho –, a abordagem da dança guardava similaridades. Nos estabelecimentos masculinos, tratava-se também de desenvolver habilidades úteis para o bom convívio na esfera

¹⁰ Vale considerar que essa instituição oferecia um modelo de ensino avançado no que tange aos conteúdos, sem descuidar da formação doméstica das educandas. Para mais informações, ver Rangel (2013).

¹¹ No século XIX, havia as Faculdades de Medicina de Rio de Janeiro e Salvador, a de Direito no Recife e em São Paulo, a Escola Militar e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola de Minas e de Farmácia de Ouro Preto, além da Academia de Marinha. Para um debate sobre o tema, ver Cunha (2007).

pública, na qual era importante saber se portar bem, inclusive por ser um espaço fundamental para se forjar uma identidade de classe, ligada aos negócios e interesses das elites. Todavia, havia uma diferença de ênfase: os homens podiam (e deviam) ter uma performance social mais intensa, ainda que também com limites, inclusive no que tange aos encontros com as mulheres.

Uma ressalva deve ser feita. Nem todos concordavam com o ensino da prática em cenários escolares. Normalmente, essas contestações vinham dos que defendiam mais atenção à formação religiosa, já que consideravam que a educação estava perigosa e progressivamente se tornando laica. Por exemplo, um leitor não identificado critica: “Uma grande parte dos nossos pais de família desvelam-se por mandar ensinar a seus filhos a música e a dança [...] mas vão-lhe lá perguntar a doutrina cristã? Ignora-a inteiramente; nunca tal ouviu daqueles o que deveria ser” (O Sete de Setembro, 1836, p. 4). São vozes dissonantes que demonstram o quanto, mesmo com limites, a oferta da dança era um avanço.

Quais foram os responsáveis pelo ensino da prática nesses primeiros momentos? A princípio, as donas e os donos dos colégios ministravam as lições, assim como ocorria com outros conteúdos. Todavia, logo foi se conformando uma especialização, que deu origem aos pioneiros mestres de dança da cidade.

Na maior parte das vezes, a atuação desses docentes foi anunciada de forma genérica, sem que fossem informados seus nomes, ainda que costumeiramente se asseverasse sua qualidade. Em 1825, a diretora de um estabelecimento sito à rua do Alecrim divulgou que oferecia “[...] mestres da mais reconhecida probidade” (Clamor Nacional, 1825, p. 3) para as lições de ‘música, dança, desenho e francês’.

O primeiro nome de mestre que conseguimos identificar, anunciado como responsável pelas lições do colégio de meninas das irmãs Eugenia Heredia e Suzana Harris, foi um dos mais importantes personagens dos primórdios do ensino da dança no Brasil, Luiz Lacombe Júnior (Diário do Rio de Janeiro, 1827e). A trajetória desse personagem merece atenção por nos ajudar a perspectivar as articulações entre cenários escolares e não-escolares¹².

12

Sobre a dança em cenários não-escolares no Rio de Janeiro do século XIX, ver Melo (2016).

Lacombe Júnior era membro de uma família muito envolvida com a dança. Seu irmão, Luiz Lacombe, chegou ao Brasil em 1811, junto com a esposa, Marianna Scaramelli, integrando a comitiva do maestro Marcos Portugal, que fora convocado para dinamizar a cultura musical brasileira. Nesse mesmo ano, já estava atuando como bailarino, coreógrafo e mestre de dança (Zamoner, 2013).

Seus irmãos vieram para o Brasil nos anos seguintes, já tendo em vista aproveitar as oportunidades abertas para se trabalhar com a dança. Luiz Lacombe Junior, Lourenço Lacombe e José Manuel Lacombe atuaram como coreógrafos e bailarinos em apresentações teatrais (especialmente no Real Teatro São João), e também como mestres em escolas, salas e residências (inclusive lecionando para a família real). Se não foram os primeiros a chegar ao Brasil, pois Pedro Colonna os antecedeu em um ano (1810) (Cavalcanti, 2004)¹³, certamente estiveram entre os mais importantes. É grande a lista de estabelecimentos em que lecionaram¹⁴.

Não foi possível identificar muitos outros nomes de mestres de dança atuando em escolas no período. Um deles foi Filipe Aime, outro bailarino do Real Teatro São João e do Teatro Constitucional de São Pedro que lecionava em um estabelecimento da rua do Sabão. Henry Cellarins, que com sua esposa se apresentava com frequência e sucesso nos palcos da cidade, também dava aulas numa escola da rua do Sacramento.

De toda forma, podem-se perceber regularidades. Não se exigia desses docentes nenhuma formação específica, mas sim a comprovação de expertise na prática. Eram, a propósito, usualmente denominados como mestres e não como professores, o que em muitas ocasiões significou, no decorrer do século XIX, uma menor valorização na hierarquia escolar, refletida, inclusive, em salários menores¹⁵.

Que conteúdos eram trabalhados nas lições de dança? Poucas escolas detalharam o que era ensinado. Quando isso ocorria, como no caso

¹³ Houve um mestre de dança no Rio de Janeiro do século XVIII, Felipe Neri de Almeida, lisboeta que chegou à cidade em 1768 (Melo, 2016).

¹⁴ Por exemplo, Lourenço atuou no colégio de meninas de M. Taulois (1831), uma das mais ativas educadoras do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX (Para mais informações, ver Conceição, 2013); Luiz Junior lecionou no colégio de Thereza Augusta da Fonseca (1831), outra renomada educadora; José Manuel, na escola que se localizava na rua Formosa (1832).

¹⁵ Mesmo não sendo estritamente ligado ao tema que estamos tratando, vale ler o artigo de Schueler (2005) sobre os mestres-escolas.

do colégio de Fortunata Telles de Menezes (Aurora Fluminense, 1833, p. 3), tratava-se de informação sobre a “[...] parte principal” [...], não sobre os “[...] cursos extras”. Mesmo quando se apresentou a descrição de um plano de estudos, como no anúncio do Colégio de Instrução Primária, no que tange à prática, apenas consta: “Dança geral” (Diário do Rio de Janeiro, 1838b, p. 5).

Pelo perfil dos mestres e tendo em conta as intenções anunciadas pelas escolas, podemos sugerir que se tratava de ensino do que se chamavam danças de sala, sistematizadas e bailadas em cortes europeias: quadrilha, valsa, mazurca. É possível que também fossem lecionadas noções de etiqueta, até mesmo por ser uma novidade que mulheres e homens se encontrassem de forma mais íntima no espaço público e com mais proximidade corporal (ainda que os estilos daquele momento em nada lembrassem os dos dias de hoje). Vale lembrar que, a partir dos anos 1830, passaram a ser lançados manuais de conduta (Schwarcz, 1997), alguns deles inclusive com capítulos dedicados a reuniões sociais, como os bailes (caso do famoso Código do Bom-Tom, de J. J. Roquete, publicado em 1845).

Um último tema merece ser tratado – as instalações. As escolas desse momento, em geral, encontravam dificuldades no que tange a tal aspecto, mas, no final do período, já se denota mais atenção ao tema (expressa, inclusive, nos anúncios dos jornais).

Em quase todos os casos, não conseguimos identificar a divulgação de uma estrutura específica para as lições da prática. Uma exceção foi uma citação sutil no anúncio de um colégio da praia de São Cristóvão: “[...] ensina a ler, coser, marcar e bordar, também sala de dança, tudo por preços cômodos” (Diário do Rio de Janeiro, 1830, p. 81). Ainda assim, o uso do termo pode ser uma referência ao sinônimo de ‘aula’.

Essa ausência pode ser expressão das limitações escolares, sendo as aulas ministradas no mesmo espaço de outros conteúdos. De outro lado, como era necessária uma estrutura mínima, como instrumentos musicais para a sonorização, pode ser que não se considerasse relevante apresentá-la nos jornais.

Enfim, a despeito de, notadamente nos anos 1830, já estarem circulando na sociedade fluminense reflexões sobre a importância da ginástica (Melo & Peres, 2014b), que começou até mesmo a ser contemplada em iniciativas legais (Melo & Peres, 2014a), nesse primeiro momento, foi mesmo a dança a prática corporal institucionalizada que se

fez presente nas escolas da Corte (identificamos cerca de 30 estabelecimentos a oferecendo).

Houve uma ou outra exceção, como a do Colégio Emulação, que, já em 1837, anunciou oferecer, sem taxa extra, além da dança, “[...] exercícios ginásticos e a arte de nadar” (Diário do Rio de Janeiro, 1837, p. 4). Inaugurado em 1835 e dirigido pelo português José Soares de Azevedo – personagem polêmico, defensor das ideias de independência e liberdade (Blake, 1883) –, esse estabelecimento, ainda que de curta duração¹⁶, destacou-se por sua proposta avançada, claramente vinculando a educação ao progresso da nação, buscando sintonia com o cenário mundial.

Outro caso digno de destaque é o Colégio Pedro II, criado em 1838 para ser a instituição educacional de referência no país. A prática foi prevista já em seu primeiro regulamento: “As lições de Dança serão dadas nos dias de feriados aos alunos, cujos pais houverem determinado que a aprendam” (Brasil, 1838).

A ginástica foi implementada em 1841, quando, para ensiná-la, foi contratado Guilherme Luiz de Taube (Cunha Júnior, 2008). Mesmo assim, houve dificuldades. Em 1843, o reitor Joaquim Caetano da Silva chegou a propor ao Ministério do Império:

Não sendo fácil achar um bom mestre de ginástica, e correndo os alunos continuo risco, se ele se sair mal; com o mais profundo respeito tenho a honra de lembrar a V. Exc. a conveniência de substituir-lhe um mestre de dança (apud Cunha Júnior, 2008, p. 170).

Não foi possível obter muitas informações sobre a operacionalização da dança nesses primeiros momentos do Colégio. Os poucos indícios nos fazem crer que as lições contavam com a participação de docentes ou funcionários ligados à música. Vejamos o que conta Vieira Fazenda (1921, p. 338, grifo do autor) sobre um caso pitoresco do Rio de Janeiro:

Havia no Internato do Colégio de Pedro II uma aula de dança, de que era único instrumentista o Caravelli, italiano, baixo, gordo, pescoço curto, careca, muito vermelho e suando sempre em bica [...]. Ao som de desafinada rabeca

¹⁶

Em 1839, seu fundador deslocou-se para Recife, onde teve longa e notória trajetória como educador da rede pública e privada.

dançavam os colegiais: os ‘Lanceiros’, as ‘Provinciais’, a ‘Varsovia’, o ‘Príncipe Imperial’, a polca ‘Lú-Iú’, etc.

De toda forma, esses dois exemplos confirmam a regra. Nos estabelecimentos educacionais fluminenses, outras práticas corporais, como a ginástica e a natação, somente se consolidariam em período posterior. Nesse novo momento, que espaço teria a dança? Haveria mudanças nas intencionalidades de sua oferta? Como esteve presente no cotidiano escolar? É o que discutiremos no próximo item.

O ensino da dança nas escolas fluminenses: décadas de 1840-1860

Entre os anos 1840 e 1860, marcantes foram as mudanças no cenário nacional. A estabilidade política e os bons resultados no âmbito da economia contribuíram para a melhor estruturação tanto do Estado quanto da sociedade civil. Na Corte, percebe-se o fortalecimento de uma vida pública ativa, bem como o aumento de vínculos com o ‘civilizado’ mundo europeu (Schwarcz, 1998). O Rio de Janeiro foi se estabelecendo como espaço de importantes experiências de modernização (Neves, 2011; Schwarcz, 2011).

Nesse contexto, alguns desdobramentos são percebidos no que tange aos temas de investigação. Ocorreram iniciativas de melhor estruturação do sistema escolar público e privado¹⁷; da mesma forma, no momento em que os bailes se tornaram uma das principais diversões da cidade, fundaram-se as primeiras sociedades dançantes, cujo número cresceu rapidamente (Melo, 2014).

A constante chegada de estrangeiros contribuiu para dinamizar esse hábito. Além disso, um fato estimulou o costume de dançar: o “[...] imperador que se dizia nascido para as artes e as letras fez com que houvesse durante o Segundo Reinado um apreciável desenvolvimento da literatura, da música, do teatro, das artes plásticas e da fotografia” (Carvalho, 2012, p. 28).

Nas décadas de 1840 e 1850, aumentou a presença da dança nas escolas fluminenses. Mais do que duplicou o número das que ofereciam o conteúdo, inclusive importantes estabelecimentos de diferentes perfis,

¹⁷ Para um panorama da educação no período em tela, ver Gondra e Schueler (2008).

como o prestigioso Pedro II, onde, como vimos a princípio, as lições da prática foram previstas sem precisão.

A Reforma Couto Ferraz (Brasil, 1854), que estabeleceu normas para o ensino primário e secundário na Corte, não mudou substancialmente essa característica. Mais ainda, deixou claras as distinções de *status* dos docentes, inclusive no salário diferenciado: os de dança (como os de desenho, música e ginástica) recebiam 600\$00 e gratificação de 200\$00, ao passo que os das matérias principais, 1.000\$00 e gratificação de 600\$00.

Um ano antes já se anunciara: “Separou-se do curso literário e científico tudo o que com ele não tinha referência, e que só faz parte da educação física, ou constitui uma prenda na sociedade” (Brasil, 1853). Consagrava-se uma hierarquização entre os conteúdos ditos intelectuais e manuais.

Uma expressão desse processo é o fato de, no regulamento de 1855, ter-se estabelecido que, no Colégio Pedro II, o “[...] ensino da dança e os exercícios ginásticos terão lugar durante as horas da recreação” (Brasil, 1855), não sendo considerados essenciais para a obtenção dos títulos. Não pensemos, contudo, que esses aspectos configuravam uma completa desvalorização da prática. Mesmo que em patamares menores, se compararmos com a questão da formação intelectual, havia preocupações com a educação do corpo para o bom trato social.

Em 1857, no decreto destinado a aprovar o regulamento dos colégios públicos de ensino secundário no município da Corte (Brasil, 1857), percebe-se uma sutil e importante mudança. Ainda que não fosse necessária para diplomação, e que ficasse estabelecido que a dança deveria ocupar as horas de recreio, houve maior preocupação em deixar claro que a prática fazia parte do rol dos conteúdos escolares. Inclusive, previa-se no artigo 11: “A distribuição, por dias, e horas, das matérias compreendidas nos arts. 5º e 8º, assim como a do desenho, música, dança e ginástica, será regulada por uma tabela, a qual será submetida à aprovação do Governo pelo Inspetor Geral da instrução primaria e secundaria”.

Segundo se informou em 1858, a despeito da baixa carga horária semanal, havia uma regularidade na oferta da dança – das 16h às 17h, sempre às quintas-feiras, procedida de uma hora de ginástica (Tabela, 1858). Em 1859, como mudou a rotina diária do Colégio – as aulas das principais matérias passaram a ser de 9h às 13h –, as tardes (das 15h às 17h) eram dedicadas ao desenho, línguas, música, dança e ginástica

(Brasil, 1860). Tornou-se até mesmo mais clara a preocupação com as instalações:

Logo que o ginásio estiver em andamento regular, as aulas de música, de desenho e de dança talvez se devam convenientemente harmonizar no internato de modo a fazer parte do ginásio, à imitação do que se pratica no grande Ginásio Normal de Paris, estabelecimento que tanto se recomenda pelos valiosos serviços prestados à nação, que muito deve a seu bem combinado sistema de educação (Brasil, 1858).

De toda forma, persistia a diferença de *status*. O responsável pelo ensino da dança era chamado de mestre, devendo ser designado pelo reitor, distintamente do que ocorria com os professores das matérias principais, nomeados por decreto governamental, depois de submetidos a exames. Os salários permaneceram desiguais e nos mesmos patamares de 1854.

Nos anos 1860, a prática seguiu presente no cotidiano do Colégio Pedro II. Em 1865, havia 141 matriculados nas lições de dança: 80 do internato e 61 do externato (MAPA, 1865). Ela foi suprimida, contudo, em 1870 (Brasil, 1870). Nessa década, a ginástica se tornou obrigatória, crescendo sua importância na instituição.

Algo semelhante ocorreu em outros estabelecimentos masculinos. No Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara – um dos mais importantes da cidade, também um dos que precocemente valorizaram as atividades físicas –, foi possível identificar a oferta da dança “[...] nas horas vagas e de recreio” (Almanak Laemmert, 1864, p. 445), em conjunto com a ginástica, natação, esgrima e até mesmo equitação. Na segunda metade da década de 1860, todavia, a prática não mais foi apresentada como opção.

Outro que muito estimulou a prática de atividades físicas foi o Liceu Rossmalen. Além da dança, na década de 1850, foram oferecidas aulas de ginástica, natação e esgrima. O diretor procurava apresentar seu estabelecimento como sintonizado com o que havia de mais avançado no mundo, conjugando conteúdos científicos, filosóficos e ligados ao mundo do trabalho (Almanak Laemmert, 1855, 1856, 1857).

Nesse liceu, destaque mesmo tinham a natação e os exercícios ginásticos, ministrados pelo filho do diretor, Rossmalen Filho, apresentado como “[...] um dos melhores discípulos do célebre Amorós, ex-diretor de

todos os ginásios da França” (Almanak Laemmert, 1856, p. 405). Em 1859, a dança já não era mais ofertada.

Já o Colégio Victório, procurava ressaltar em seus anúncios os resultados que obtinha em sua longa e reconhecida trajetória, bem como seus movimentos de atualização da linha pedagógica (Almanak Laemmert, 1870). Nessa escola, pelo menos entre 1869 e 1878, identificamos a oferta da dança. Em 1879, contudo, esta foi eliminada dos conteúdos disponíveis (Almanak Laemmert, 1879). Já a ginástica, que era oferecida, a princípio, como curso pago à parte, a partir de 1875, tornou-se obrigatória.

Até mesmo um estabelecimento muito ligado à formação para o mundo do trabalho, como o Liceu Comercial, ofereceu aulas de dança nos anos finais da década de 1860. Logo, contudo, o conteúdo foi abolido em prol de maior atenção à ginástica, cujas lições, conforme informado em seus anúncios, eram “[...] acompanhada(s) de canto, segundo o plano de N. Laisné¹⁸” (Almanak Laemmert, 1874, p. 240).

Devemos citar ainda o Colégio Aquino, fundado em 1863, reconhecido como um dos mais avançados de sua época. Um de seus docentes mais notáveis foi Benjamin Constant, um dos próceres do positivismo no Brasil. Há algo que merece referência: tanto a dança quanto a ginástica não eram cobradas à parte. Como ocorreu com outras escolas, a partir de 1880, a primeira não foi mais oferecida (Almanak Laemmert, 1880).

Se compararmos os estabelecimentos masculinos nos dois períodos abordados, a diferença é que progressivamente foi se reduzindo a importância da dança, à medida que as novas exigências sociais delineavam novos perfis de masculinidade. Exercícios mais intensos, como a ginástica e a natação, tornaram-se mais usuais no cotidiano das escolas fluminenses para meninos.

Quem foram os mestres de dança que lecionaram nesse período? No Colégio Pedro II, João José da Rocha, que já vinha oferecendo seus serviços docentes em salas e residências, foi nomeado em 1856 e atuou pelo menos até 1860. Já Júlio Toussaint, dançarino de sucesso, ministrou as lições entre 1860 e 1866. Identificamos ainda os nomes de Oscar Bernardelli (1866), músico, bailarino e ator conhecido na Corte, o de José

18

Laisné foi o principal continuador da obra de Amorós, no Rio de Janeiro tendo alguma influência inclusive por ter sido utilizado como inspiração no Colégio Pedro II (Cunha Júnior, 2008).

Lourenço de Paiva (1868-1869), que também dava aulas para particulares, e o de Francisco de Paula Paiva (1870)¹⁹.

Como esses mestres se tornaram docentes do Pedro II? Não temos tal informação, mas lembremos que, para lecionar a dança, não havia necessidade de concurso, essa era uma escolha do reitor, que não raramente tinha em conta relações pessoais ou indicações²⁰. É possível mesmo que, tendo em vista o perfil do Colégio, houvesse certa restrição aos que atuavam como bailarinos.

Nota-se essa diferença se compararmos os docentes do Pedro II com os mestres das escolas fluminenses do período anterior: apenas dois tinham experiência em teatro. Ainda assim, Bernadelli lecionou por pouco tempo. Mesmo Toussaint, que, além de ser reconhecido como bom mestre, era bem relacionado por dar aulas para a Princesa Isabel, acabou por pedir demissão para poder se dedicar a apresentações nos teatros (Dória, 1997)²¹.

Não conseguimos obter mais informações sobre os outros três docentes para perceber melhor suas redes de sociabilidade. Seus nomes, de toda forma, não aparecem nos programas das apresentações teatrais. Isso é, como no período anterior, não se exigia nenhuma formação específica dos mestres de dança, mas é possível que tenha se tornado mais valorizada a expertise como docente do que como bailarino. Deve-se observar que, até mesmo em razão da melhoria da estruturação das escolas, pendiam sobre os professores maior número de exigências, até mesmo de ordem moral, o que pode ter tido impacto na contratação dos que mantinham uma carreira paralela no ramo do entretenimento.

Encontramos um quadro semelhante no que tange aos mestres que lecionaram em outras escolas fluminenses – a atuação de artistas e não-artistas. No colégio dirigido por José Tell Ferrão (reconhecido professor de línguas), era o responsável pelas lições Giuseppe Villa, coreógrafo e bailarino do Teatro São Pedro de Alcântara²² (Diário do Rio de Janeiro, 1854). Já no Colégio Victório, um importante personagem ensinou a dança, Ataliba Manoel Fernandes, um dos mais renomados mestres de

¹⁹ Essas informações foram coletadas no Almanak Laemmert.

²⁰ Para um olhar sobre a constituição do corpo docente do Pedro II, ver Mendonça, Lopes, Soares, e Patroclo (2013).

²¹ A edição original dessa obra é de 1837. Vale citar que, na apreensão desse autor, os alunos gostavam muito das aulas de dança.

²² Também atuava no Instituto Quaresma.

ginástica do século XIX²³. O Colégio Abílio, que atenção dedicava à ginástica e à natação, chegou a ter por um tempo aulas ministradas pelo conhecido músico José Leandro Filgueiras. O docente do Colégio Pedro II, José Lourenço de Paiva, também lecionou no Colégio de Santa Rita de Cássia.

Boa parte dos mestres que atuavam nas escolas também oferecia serviços em salas e residências. Como era grande a concorrência, uma das estratégias utilizadas por esses docentes foi a diversificação dos estilos ensinados. Vale lembrar que alguns estrangeiros introduziram na Corte novas formas de bailar – como a polca e o schottisch –, bem como que houve experiências com danças nacionais, como o lundu (Melo, 2016). Não é improvável que esse misto de estilos tenha sido lecionado nos estabelecimentos fluminenses.

No período em tela, por motivos diversos, os estabelecimentos educacionais passaram a se preocupar mais com suas instalações. Havia motivos de natureza pedagógica, mas também a influência dos problemas de saúde e salubridade da Corte, além das novas exigências de mercado (Limeira, 2012). Nesse cenário, foi possível perceber algum debate relacionado à ginástica, natação, educação física como um todo. No tocante à dança, não foi possível encontrar muitos posicionamentos. É provável, contudo, que compartilhasse a mesma estrutura dos outros conteúdos corporais.

Um caso interessante é o do Colégio da Estrela, que, em um de seus anúncios, fez questão de ressaltar: “Estão se aprontando as salas de instrução e educação para a melhor divisão do trabalho. A de belas-artes que já se acha pronta está servindo para as lições diárias” (O Americano, 1850, p. 4). A diretora, Maria Isabel do Valle Caldre e Fião, enfatizava que as aulas desses conteúdos, inclusive as de dança, ‘muito concorrem à perfeição e à educação do espírito da mocidade feminina’. Suas posições são uma boa expressão de que houve sutis e importantes mudanças na forma de conceber o ensino da prática para as mulheres:

são as aulas que mantém sempre a diretora deste colégio, que, cônica dos esforços que tem empregado para educar boas mães de família e ilustradas senhoras, o oferece à consideração de todos os senhores, pais e tutores, que

²³ Ataliba também atuou no Colégio Naval, na Escola Normal da Província, na Escola Normal da Corte, na Escola Militar e na Escola Municipal São Sebastião (Melo & Peres, 2014b).

desejam dar uma educação às suas filhas e pupilas, digna do adiantamento do século em que vivemos. Ela não se poupará em aumentar o número de suas aulas à proporção da ilustração de suas alunas (Correio Mercantil, 1853, p. 4).

Postura semelhante aparece em outras instituições femininas, como naquela que era dirigida por alguém que tinha forte relação com a dança, o colégio da Madame Lacombe. Segundo Aline Limeira (2008), nesse estabelecimento, foram adotadas algumas inovações no que tange à educação de meninas, especialmente a oferta de conteúdos científicos, sempre mais presentes nas iniciativas escolares masculinas. Segundo a autora, o mesmo ocorria, ainda que com perfil distinto, no colégio da Baronesa de Geslin, um dos principais do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

Em ambos, a dança era oferecida com características semelhantes já desde a transição dos anos 1840/1850. Ainda que esses colégios ressaltassem a atenção dedicada à educação religiosa e moral, declaravam, até mesmo por seu perfil avançado, que não descuidavam da saúde e do desenvolvimento físico de suas alunas. Isso significava cuidado com as instalações, com certos procedimentos (como banhos), mas também com alguns conteúdos. A dança, assim, ocupava um espaço de interface entre essas novas preocupações e as antigas, ligadas ao desempenho de habilidades sociais²⁴.

Vejamos que essa mudança, que aos olhos de hoje pode parecer pequena, na época granjeou críticas. Pelos jornais, poucos não foram os que expressaram sua preocupação e mesmo estupefação diante da nova postura feminina. Em uma coluna de primeira página do Diário do Rio de Janeiro, batizada bem apropriadamente de ‘Rabugices da Tia Michaela’ (lamentavelmente não conseguimos mais informações sobre o autor), o cronista assim se posicionou sobre o que considerava falta de recato:

Agora as prendas que se ensinam às meninas são todas de sedução e armadilhas do diabo! Coser e bordar muito pouco, para não aplicar a vista! E em lugar destas úteis habilidades, o que a menina aprende é a maldita música para estar no piano desde manhã até a noite! A dança para mobilizar o corpo e

²⁴

Outro que atuava em sentido semelhante era o Colégio de Instrução e Educação de Meninas de Mr. e Mrs. Hitchings, que ofereceu a dança por aproximadamente 30 anos, entre 1848 e 1878.

dar ação aos nervos! E um pouco de francês para se enfrontar na ciência das novelas e passar nos balances por espirituosa, literata, política, estadista, filósofa e ser ornamento da sociedade! (Diário Do Rio De Janeiro, 1842, p. 1).

Outro que contestou o perfil dessa nova presença pública feminina foi Cruz Junior. Para ele, “[...] o adorno, o enfeite, a dança, eis a educação da triste mulher, destinada a viver neste mundo, onde se vê a cada passo – o mérito desprezado, a inocência oprimida, a soberba e a usura governando!” (Marmota na Corte, 1852, p. 1).

Lembremos que Melo (2014) também identificou resistências semelhantes em outros fóruns sociais. Todavia, no caso da posição de Cruz Filho há um importante diferencial. Sua preocupação, ainda que procurasse estabelecer limites, não era retroagir a condição feminina: “Por que razão, pergunto eu, não poderá a mulher partilhar das mesmas luzes e educação do homem, sendo ele e ela um mesmo corpo, uma mesma alma!?” (Marmota na Corte, 1852, p. 1).

José de Souza Pereira da Cruz Junior era médico e escritor. Sua tese foi dedicada a discutir a questão da higiene nos estabelecimentos educacionais. Foi autor de *O livro da Mocidade, obra moral para uso das escolas*. Em suas crônicas publicadas em Marmota da Corte, em mais de uma ocasião ele se dedicou a refletir sobre a educação feminina, adotando algumas posições avançadas sobre o tema.

Entre as escolas femininas que ofereceram a dança, vale ainda destacar o Colégio Augusto, fundado por Nísia Floresta, uma das primeiras defensoras dos direitos das mulheres no Brasil. Sua linha pedagógica, sua postura pública e seus posicionamentos causavam incômodos à sociedade de seu tempo (Filgueiras, 2004; Castro, Alberton & Eggert, 2010).

Coerentemente com as ideias de Nísia, as práticas corporais eram valorizadas na sua escola, sendo importante perceber a diferença na forma de conceber o ensino da dança, como se pode ver em seu posicionamento crítico:

Certo, o que se chama por via de regra no Brasil dar boa educação a uma menina? Mandá-la aprender a dançar, não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de a fazer brilhar nos salões; ler e escrever o português, que, apesar de ser o nosso idioma, não se tem grande

empenho de conhecer cabalmente; falar um pouco o francês, o inglês, sem o menor conhecimento de sua literatura; cantar, tocar piano, muita vez sem gosto, sem estilo, e mesmo sem compreender devidamente a música; simples noções de desenho, geografia e história, cujo estudo abandona com os livros ao sair do colégio; alguns trabalhos de tapeçaria, bordados, crochê etc., que possam figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores a sua autoria (Floresta, 1853 apud Silva, 2014, p. 40).

A diferença de valorização da dança no Colégio Augusto pode ser identificada até mesmo em sua inserção mais ajustada ao cotidiano escolar, diferentemente do que ocorria na maior parte dos estabelecimentos. A rotina do Colégio de Meninas Português e Francês ajuda-nos a perspectivar o espaço que, em geral, parecia ocupar na grade de horários. A diretora, Sophia Tiola, informou que as aulas iniciavam às 8h; de 12h até 14h30min, havia uma refeição, seguida de estudo literário; segue-se o jantar, um descanso de 30 minutos e trabalhos de costura até as 17h30 (Diário do Rio de Janeiro, 1858, p. 6). Portanto, somente à noite haveria tempo livre para cursos à parte.

A propósito, vale destacar que o Colégio Augusto não cobrava à parte as lições de dança. Como bem sugere Silva, “Essa atitude de Nísia Floresta, [...], nos mostra que seu interesse estava mais direcionado a que suas alunas aprendessem, tivessem acesso a uma educação até o momento impensável pela sociedade brasileira da época” (2014, p. 136).

Mesmo sendo assunto cercado de polêmicas, a presença de mulheres na cena pública, ainda que a passos lentos, iria avançar cada vez mais. A dança seguiria forte no âmbito do entretenimento, diversificando-se os estilos e públicos envolvidos. Já sua presença na escola, a exemplo do que ocorreu nos estabelecimentos masculinos, iria se reduzir a partir dos anos 1870. Em ambos os casos, pelo menos dois motivos explicam tal ocorrência: o crescimento de espaços extraescolares para aprendizado e as novas exigências contextuais, que acabaram por atrair a atenção para a ginástica, mais claramente relacionada à saúde, à higiene e à defesa da nação²⁵.

25

A seguir a interpretação de Silva e Melo (2011), uma parte dessas mudanças se deu como desdobramento da Guerra do Paraguai, quando se ampliaram as preocupações com a formação física do cidadão brasileiro.

De fato, se, no início desse período, as práticas corporais, junto com os ‘conteúdos manuais’, integravam as chamadas ‘belas artes’, nos anos 1860, começaram a se autonomizar, sendo reunidas em um novo termo – educação física. Nesse percurso, a dança foi paulatinamente perdendo seu protagonismo no cenário escolar.

Considerações finais

Pari passu com o aumento de sua presença na sociedade fluminense, entre os anos 1820 e 1860, a dança foi ofertada em algumas escolas masculinas e femininas da Corte. Como se tornaram necessárias e valorizadas novas habilidades sociais, a inserção desse conteúdo tinha em conta o ensino e a regulação do novo costume. Assim, tornou-se a primeira prática corporal institucionalizada a ser prevista nas propostas de instituições educacionais, antes da ginástica e outras modalidades.

Ainda que a dança gozasse de alguma valorização e estivesse relacionada às intenções mais amplas dos estabelecimentos educacionais, não se alinhava, em geral, com os princípios pedagógicos mais específicos. Tinha, assim, um estatuto curioso de certa independência e autonomia, sendo possível inferir que havia poucas diferenças entre os procedimentos adotados pelos mestres nos âmbitos escolar e não-escolar²⁶.

Os mestres, de fato, tinham múltiplas vinculações, lecionando também em salas próprias e residências, bem como, em muitos casos, mantendo-se como bailarinos e coreógrafos. Deles não era cobrada nenhuma formação específica, mas sim a expertise na prática. Ressalta-se, contudo, que, no segundo momento estudado, começaram a surgir docentes com outro perfil, que não atuaram em teatros.

Os estilos ensinados são outro indicador de que havia, no caso da dança, uma forte articulação entre os cenários escolar e não-escolar. Se, a princípio, preponderaram os estilos europeus mais tradicionais, com o decorrer do tempo, parece ter havido uma diversificação, conforme o mesmo processo que se observava na sociedade fluminense.

Em outros aspectos, percebe-se essa conexão entre o escolar e o não-escolar, especialmente no que tange aos papéis sociais de homens e

²⁶

Vale citar que, nos jornais consultados, apenas uma escola divulgou que a dança fez parte dos exames de fim de ano, quando se reprovavam, aprovavam e premiavam as alunas e alunos. Isso ocorreu em 1860, no Colégio de Santa Cândida (Diário do Rio de Janeiro, 1860).

mulheres. Tanto o novo protagonismo feminino quanto o novo padrão de masculinidade que surgia tiveram, de alguma forma, relação com o ensino da dança. Seu ensino, portanto, não é uma questão puramente cultural: articulava-se com as outras dimensões econômicas e políticas em curso no país que recentemente tornara-se independente e precisava se conformar como nação.

Referências

Almanak Laemmert. (1855).

Almanak Laemmert. (1856).

Almanak Laemmert. (1857).

Almanak Laemmert. (1864).

Almanak Laemmert. (1870).

Almanak Laemmert. (1874).

Almanak Laemmert. (1879).

Almanak Laemmert. (1880).

O Americano. (1850, 20 de abril).

Aurora Fluminense. (1833, 10 de maio).

Blake, A. V. A. S. (1883). *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Nacional.

Brasil. (1854). Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. In *Coleção de Leis do Império do Brasil* (Vol. 1, pt. I, p. 45). Acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Brasil. (1855). Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o Regulamento do Colégio de Pedro Segundo. In *Coleção de Leis do Império do Brasil* (Vol. 1, pt. II, p. 80). Acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1556-17-fevereiro-1855-558426-publicacaooriginal-79672-pe.html>

Brasil. (1857). Decreto nº 2.006, de 24 de outubro de 1857. Aprova o Regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Corte. In *Coleção de Leis do Império do Brasil* (Vol. 1, pt. II, p. 384). Acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2006-24-outubro-1857-558097-publicacaooriginal-78997-pe.html>

Brasil. (1870). Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870. Altera os regulamentos relativos ao Imperial Colégio de Pedro II. In *Coleção de Leis do Império do Brasil* (Vol. 1, pt. II, p. 67). Acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4468-1-fevereiro-1870-552830-publicacaooriginal-70377-pe.html>

Brasil. Ministério do Império. (1853). *Relatório do ano de 1853*: apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 9ª legislatura pelo Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (p. 65). Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1725/>

Brasil. Ministério do Império. (1857). *Relatório do ano de 1857*: apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura pelo Ministro Pedro de Araújo Lima (p. A-C-10). Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1730/>. Publicado em 1858.

Brasil. Ministério do Império. (1859). *Relatório do ano de 1859*: apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 10ª legislatura pelo Ministro João de Almeida Pereira Filho (p. A-H-15). Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1732/>. Publicado em 1860.

Brasil. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. (1838). Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro II. Acessado em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71028&norma=87243>

Carvalho, J. M. (2012). Introdução: as marcas do período. In J. M. Carvalho (Coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* (Vol. 2, p. 19-36). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

Castro, A. M., Alberton, M., & Eggert, E. (2010). Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: educação e feminismo. *Poiésis*, 3(5), 46-55.

Cavalcanti, N. (2004). *Crônicas históricas do Rio Colonial*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Clamor Nacional. (1828, 11 de fevereiro).

Conceição, J. T. (2013). Colégios-internatos nas páginas do Almanak Laemmert (1845 a 1889). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, (31.1). Acessado em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/File/307/185>

Correio Mercantil. (1853, 21 de março).

Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. São Paulo: Unesp.

Cunha, W. D. S., & Silva, R. J. V. (2010). A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. *Gênero*, 11(1), 97-106.

Cunha Junior, C. F. F. (2008). *Imperial Collegio de Pedro II: o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri.

Diário da Câmara dos Senados do Império. (1827, 30 de agosto).

Diário Mercantil. (1827, 5 de fevereiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1822a, 14 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1822b, 29 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1824, 17 de novembro).

Diário do Rio de Janeiro. (1827a, 12 de fevereiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1827b, 16 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1827c, 2 de março).

Diário do Rio de Janeiro. (1827d, 5 de outubro).

Diário do Rio de Janeiro. (1827e, 23 de fevereiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1829, 3 de março).

Diário do Rio de Janeiro. (1830, 23 de maio).

Diário do Rio de Janeiro. (1837, 8 de março).

Diário do Rio de Janeiro. (1838A, 9 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1838b, 17 de janeiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1839, 23 de dezembro).

Diário do Rio de Janeiro. (1840, 15 de fevereiro).

Diário do Rio de Janeiro. (1842, 29 de novembro).

Diário do Rio de Janeiro. (1854, 20 de junho).

Diário do Rio de Janeiro. (1858, 20 de outubro).

Diário do Rio de Janeiro. (1860, 22 de dezembro).

Dória, E. (1997). *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*.
Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
Fazenda, J. V. (1921). Antiquilhas e memória do Rio de Janeiro.
Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 86(140), 9-392.

Filgueiras, C. A. L. (2004). A química na educação da princesa Isabel.
Química Nova, 27(2), 349-355.

Gazeta do Rio de Janeiro. (1813, 6 de janeiro).

Gondra, J., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez.

Gusmão, E. M. (2012). Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. *Estudos Históricos*, 25(50), 269-289.

Limeira, A. M. (2008). O comércio da instrução: práticas educativas e publicidade no século XIX. *Linguagem, Educação e Sociedade*, 13(18), 84-102.

Limeira, A. M. (2012). Arquitetura do saber: espaços físicos de colégios privados na corte imperial. *Revista Exitus*, 2(2), 117-135.

Luca, T. R. (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (Org.). *Fontes históricas* (p. 111-153). São Paulo: Contexto.

Marmota na Corte. (1852, 20 de janeiro).

Marzano, A. (2010). A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In A. Marzano, & V. A. Melo (Orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)* (p. 97-123). Rio de Janeiro, RJ: Apicuri.

Melo, V. A. (2014). Educação do corpo - bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. *Educação e Pesquisa*, 40(3), 751-766.

Melo, V. A. (2016). Experiências de ensino da dança em cenários não escolares no Rio de Janeiro do século XIX (décadas de 1820-1850). *Movimento*. No prelo.

Melo, V. A., & Peres, F. F. (2014a). O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 21(4), 1131-1149.

Melo, V. A., & Peres, F. F. (2014b). *A gymnastica no tempo do império*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Mendonça, A. W. P. C., Lopes, I. G., Soares, J. C., & Patroclo, L. B. (2013). A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 39(4), 985-1000.

Município da Corte (1865). *Mapa das matrículas do Imperial Colégio de Pedro II, único estabelecimento público de instrução secundaria, por matérias*. Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1740/000085.html>

Neves, L. B. P. (2011). A vida política. In A. C. Silva (Coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* (Vol. 1, p. 75-114). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

O Sete de Setembro. (1836, 1 de junho).

Rangel, R. R. (2013). *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (de 1829 a 1876)* (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas.

Schueler, A. F. (2005). De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. *Educação*, 28(2), 333-351.

Schwarcz, L. M. (1997). Introdução. In J. J. Roquette. *Código do bom-tom* (p. 7-32). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (1998). *As barbas do Imperador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (2011). Cultura. In A. C. Silva (Coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* (Vol. 1, p. 205-248). Rio de Janeiro: Objetiva.

Silva, A. C. (2011a). As marcas do período. In A. C. Silva (Coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* (Vol. 1, p. 23-35). Rio de Janeiro: Objetiva.

Silva, A. C. (2011b). População e sociedade. In A. C. Silva (Coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)* (Vol. 1, p. 35-74). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

Silva, C. L. B., & Melo, V. A. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 18(2), 337-354.

Silva, E. M. (2014). *Mulheres emancipai-vos!:* um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru.

Silva, M. B. N. (1978). *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro* (1808-1821). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.

Soares, C. L. (2001). Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In C. L. Soares (Org.). *Corpo e história* (p. 109-129). Campinas, SP: Autores Associados.

Souza, F. F. D. (2011). *O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934)* (Dissertação de Mestrado). UFJF, Juiz de Fora.

Tabela das horas das aulas do Internato do Imperial Colégio Pedro Segundo no ano letivo de 1858. (1858). Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1731/000165.html>

Vasconcelos, M. C. C. (2004). *A casa e os seus mestres: a educação doméstica no Brasil de Oitocentos* (Tese de Doutorado). PUC/RJ, Rio de Janeiro.

Zamoner, M. (2013). História da Dança de Salão no Brasil do século XIX e os irmãos Lacombe. *EFDeportes.com*, 18(186). Acessado em: <http://www.efdeportes.com/efd186/historia-da-danca-de-salao-irmaos-lacombe.htm>

Submetido em: 21/06/2015

Aprovado em: 01/04/2016

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.